

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Teresa Alegre, Rua do Mercado, bloco 3, 2.º, direito, apartado 204, 3781-907 Anadia.

São administradores/gerentes do devedor Marcos Valente da Silva, Avenida de Amália do Vale, 188, 3460-543 Tondela, e António Marques Carrapiço, número de identificação fiscal 140387145, Rua de Amália do Vale, 188, 3460-543 Tondela, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

5 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *José Joaquim Martins*. — O Oficial de Justiça, *Rui Nunes*.

2611048786

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 6470/2007

Prestação de contas administrador (CIRE)
Processo n.º 119/07.7TYVNG-C

Insolvente — Luísa Figueiredo & C.ª, L.ª
Presidente com. credores — NORTECOOPE — Cooperativa de Habitação Económica, C. R. L., e outro(s).

O Dr. Paulo Fernando Dias Silva, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Luísa Figueiredo & C.ª, L.ª, número de identificação fiscal 505255600, com endereço na Praceta da NORTECOOP, 12, Gueifães, 4470-000 Maia, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

4 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Susana Cruz*.

2611048694



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

Despacho (extracto) n.º 22 313/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 18 de Julho de 2007, foi autorizada a nomeação definitiva de Maria Teresa da Conceição Costa como professora-adjunta, com efeitos a partir do dia 8 de Setembro de 2007, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela remuneratória do pessoal docente do ensino superior politécnico, no valor de € 1921,51. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto.)

13 de Setembro de 2007. — A Secretária, *Cristina Maria Santos*.

Despacho (extracto) n.º 22 314/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 18 de Julho de 2007, foi autorizada a nomeação definitiva de José Pedro de Aboim Borges como professor-adjunto, com efeitos a partir do dia 8 de Setembro de 2007, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela remuneratória do pessoal docente do ensino superior politécnico, no valor de € 1921,51. (Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redacção da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto.)

13 de Setembro de 2007. — A Secretária, *Cristina Maria Santos*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Contrato (extracto) n.º 972/2007

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 4 de Setembro de 2007, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 21 de Outubro de 2007, a auferir a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 140, da mestre Rosanna Maria Barros Sá.

13 de Setembro de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Despacho (extracto) n.º 22 315/2007

Por despacho do pró-reitor, proferido por delegações de competência de 24 de Agosto do corrente ano, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 2 a 8 de Setembro de 2007, à mestre Isabel Maria Loureiro de Robredo Seara, assistente com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 22 316/2007

Por despacho do pró-reitor, proferido por delegações de competência de 24 de Agosto do corrente ano, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 1 a 7 de Setembro de 2007, à Doutora Maria do Rosário Sampaio Soares de Sousa Leitão Lupi Belo, professora auxiliar, de nomeação provisória, com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro*.